

Dúvidas voltam a rondar Sarney

A indecisão, uma velha marca do presidente José Sarney sempre que tem de adotar medidas que se chocam com interesses de grupos de dentro e de fora do governo, manifesta-se novamente no episódio da Operação Desmonte. O assunto era tema de conversas ontem no Congresso, onde parlamentares lembravam que a indecisão de Sarney começou já na madrugada do dia 15 de março de 1985, ao ser informado de que deveria assumir a Presidência no lugar de Tancredo Neves.

Naquela ocasião, Sarney argumentou que passara os meses anteriores preparando-se para ocupar a vice-presidência, mas se rendeu aos fatos. Venceu a indecisão e comandou a primeira reunião do Ministério, na qual leu o discurso de Tancredo, enfatizando o lema que dizia: "É proibido gastar".

Depois Sarney prometeu cumprir as promessas do presidente que havia morrido, mas a sua falta de decisão em momentos importantes, inclusive para apoiar o plano do então ministro

da Fazenda, Francisco Dornelles, de redução dos gastos, levou à queda do ministro, ao aumento do déficit público e da inflação. Sem alternativa para a política econômica, Sarney decidiu bancar a proposta do heterodoxo Plano Cruzado, em fevereiro de 86.

Só que faltou decisão ao presidente, já em maio, para acatar as propostas dos "pais do Cruzado". Reunidos em Carajás, eles queriam iniciar o processo de descongelamento dos preços e aperto no crédito para evitar a demanda bem superior à oferta que acabaria por sufocar o plano econômico que teve o maior apelo popular na história recente do País. O presidente vacilou também em julho e setembro, quando surgiram novas propostas de ajustes do Cruzado e, indeciso, optou pelo malsucedido ajuste logo depois das eleições



de 15 de novembro, quando o PMDB fez quase todos os governadores e a maioria do Congresso Nacional, sustentado exatamente no carisma do Cruzado, que, no entanto, já fazia água por todos os lados.

Com o insucesso do Cruzado, caíram em 87 os ministros João Sayad, do Planejamento, e Dilson Funaro, da Fazenda. A substituição de Funaro foi um episódio marcante da indecisão do presidente. De Fortaleza, ele chamou o governador Tasso Jereissati, vetado por Ulysses Guimarães, que emplacou Luiz Carlos Bresser Pereira, aproveitando o vácuo de decisão presidencial.

O presidente, que sustentou durante certo tempo a frase de Tancredo ("É proibido gastar"), prometeu, também sem cumprir, irrigar um milhão de hectares no

Nordeste, assentar 250 mil famílias de sem-terra por ano, aplicar Cz\$ 15 trilhões em cinco anos na área social e fazer um amplo programa de privatização de empresas estatais, para citar alguns exemplos. Logo depois da saída dos ministros Celso Furtado, do Ministério da Cultura, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, da Previdência Social, Sarney disse a vários ministros e auxiliares que acabaria com os dois últimos ministérios. Viajou para a Bolívia no domingo e ao voltar na quarta-feira já tinha mudado de idéia. A queda de braço entre os ministros Mailson da Nóbrega e Antônio Carlos Magalhães em torno do aumento de salários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Telebrás e Embratel, a que Sarney assistiu impassível, foi apenas o exemplo mais recente da sua indecisão. Agora, o velho hábito pode levar para uma gaveta qualquer os cortes mais profundos nos gastos propostos pela Fazenda e Planejamento.